

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB  
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT  
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD  
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV  
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

## SUMÁRIO

- 1 – ATA**
  - 1.1 – Comissão
- 2 – ORDENS DO DIA**
  - 2.1 – Plenário
  - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Comissão
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



**ATA**

### **ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/10/2024**

Às 16h15min, comparecem à reunião os deputados Cristiano Silveira, Leleco Pimentel e Rodrigo Lopes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 195/2023, no 2º turno, do qual designou como relator o deputado Rodrigo Lopes. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.256 e 8.276/2024. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.412/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para a substituição das lâmpadas dos postes em toda extensão da Rua José Maria Paoliello, no Bairro Ribeiro de Abreu, visando garantir maior segurança para a comunidade local;

nº 10.413/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para a realização de obras de drenagem, escoamento, captação e outras intervenções de caráter estrutural e a regularização e individualização dos hidrômetros em toda a extensão da Rua José Maria Paoliello, no Bairro Ribeiro de Abreu, em Belo Horizonte, com vistas a garantir a adequada prestação de serviços à comunidade e proporcionar maior segurança aos moradores, que sofrem com recorrentes alagamentos e inundações em suas residências;

nº 10.422/2024, da deputada Amanda Teixeira Dias, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia e a Comissão de Minas e Energia para tratar da gestão e dos impactos da Cota 762 no Lago de Furnas;

nº 10.475/2024, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre o andamento do georreferenciamento dos perímetros de cinco propriedades nos arredores da Barragem Setúbal, nos Municípios de Jenipapo de Minas e Chapada do Norte, iniciado em 20 de fevereiro de 2024;

nº 10.509/2024, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre a implantação de um programa de monitoramento, incluindo parâmetros biológicos, da qualidade das águas da Barragem Setúbal, no Município de Jenipapo de Minas, uma vez que estudos realizados pela Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM –, publicados em 20 de março de 2024, apontam que existe concentração de fósforo e necessidade de monitoramento dessas águas, considerando serem destinadas ao consumo humano;

nº 10.553/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Bambuí pedido de informações sobre as medidas tomadas em relação à denúncia protocolada sob o nº 2078312, perante a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, para resolver ou mitigar a situação crítica dos cães abandonados na usina Bambuí Bioenergia S.A., localizada na Rodovia MG-827, no Km 10, na zona rural, com relatos de diversas doenças infecciosas e zoonóticas, como leishmaniose, verminoses, entre outras;

nº 10.579/2024, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja formulado voto de congratulações com Fernando Ribeiro Burgarelli, prefeito de Santana do Riacho, pelos relevantes serviços prestados à sua comunidade, em especial por uma gestão focada na melhoria da infraestrutura, da saúde, da educação e do turismo, promovendo avanços significativos na qualidade de vida dos munícipes;

nº 10.580/2024, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja formulado voto de congratulações com Josefina Maria de Freitas por seu apoio e dedicação ao desenvolvimento e bem-estar do Município de Santana do Riacho, como um pilar fundamental na administração municipal, trabalhando em estreita colaboração com o prefeito em importantes projetos que impactaram positivamente a vida dos cidadãos desse município;

nº 10.581/2024, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais pela atuação exemplar no enfrentamento dos incêndios que atingiram a Serra do Cipó em agosto de 2024;

nº 10.583/2024, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja formulado voto de congratulações com Bebel do Zé Juquinha (PTB), vice-presidente da Câmara Municipal de Santana do Riacho, por sua dedicação e liderança nos trabalhos legislativos, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade desse município;

nº 10.584/2024, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja formulado voto de congratulações com o vereador Alberto do Táxi (DEM), de Santana do Riacho, pela dedicação e liderança nos trabalhos legislativos, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade desse município;

nº 10.586/2024, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja formulado voto de congratulações com a vereadora Lúcia (MDB), da Câmara Municipal de Santana do Riacho, por sua dedicação e liderança nos trabalhos legislativos, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade desse município;

nº 10.587/2024, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja formulado voto de congratulações com Miranda da Auto Escola (PDT), presidente da Câmara Municipal de Santana do Riacho, por sua dedicação e liderança nos trabalhos legislativos, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade desse município.

nº 10.588/2024, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja formulado voto de congratulações com Patrícia do Doce (PDT), 1ª-secretária da Câmara Municipal de Santana do Riacho, por sua dedicação e liderança nos trabalhos legislativos, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade desse município;

nº 10.589/2024, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja formulado voto de congratulações com o vereador Ramon Filipe (PTB), da Câmara Municipal de Santana do Riacho, por sua dedicação e liderança nos trabalhos legislativos, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade desse município;

nº 10.590/2024, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja formulado voto de congratulações com o vereador Silvio Henrique (DEM), da Câmara Municipal de Santana do Riacho, por sua dedicação e liderança nos trabalhos legislativos, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade desse município;

nº 10.591/2024, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja formulado voto de congratulações com o vereador Uilson da Saúde (PMN), da Câmara Municipal de Santana do Riacho, por sua dedicação e liderança nos trabalhos legislativos, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade desse município;

nº 10.592/2024, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja formulado voto de congratulações com Valter do Transporte (PTB), 2º-secretário da Câmara Municipal de Santana do Riacho, por sua dedicação e liderança nos trabalhos legislativos, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade desse município;

nº 10.630/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Brumadinho pedido de providências para a urgente regularização do abastecimento de água, pela concessionária responsável pelo serviço, no Jardim Casa Branca, nesse município;

nº 10.865/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os riscos e impactos da expansão da mineração de minério de ferro no território da Serra do Botafogo para o desenvolvimento urbanístico de Ouro Preto e região;

nº 10.866/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os riscos e impactos para o desenvolvimento urbanístico de Ouro Preto e região, decorrentes do processo de sondagem geológica na Serra de Ouro Preto, viabilizado pela empresa BHP Billiton Brasil, para pesquisa mineral em Siqueira Norte, com vistas ao conhecimento e à localização das ocorrências minerais e reservas de jazidas e à descrição das características dos minerais existentes;

nº 10.867/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos decorrentes do empreendimento de alto padrão viabilizado no Município de Coronel Fabriciano, oriundo de área vendida pela Usiminas em desconformidade com as finalidades descritas na zona de interesse econômico – ZIE – da região, e o modo como aconteceram as operações de venda e loteamento para o referido empreendimento e a aprovação delas por esse município e pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana Vale do Aço – ARMVA.

nº 10.869/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implementação da Lei nº 24.786, de 6 de junho 2024, que prevê a criação de centros de referência para pessoas com transtorno do espectro do autismo – TEA –, com vistas a garantir a regionalização do atendimento às pessoas com TEA nos municípios mineiros;

nº 10.870/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos das queimadas e das condições climáticas extremas nos municípios mineiros e as estratégias para enfrentamento e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, com vistas a garantir as condições necessárias à vida e o desenvolvimento nesses municípios;

nº 10.871/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada visita à área retomada pelo povo indígena puri, no Município de Itueta, para conhecer as condições em que se encontram as mais de 40 famílias desse importante povo, assentado nas proximidades da Usina Hidrelétrica Aimorés;

nº 10.872/2024, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 195/2023, que institui a Política Estadual de Produção Social de Moradia por Autogestão e dá outras providências.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2024.

Leleco Pimentel, presidente – Beatriz Cerqueira.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA,  
EM 15/10/2024, ÀS 14 HORAS****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 560/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o número de pessoas, adultos e jovens, privadas de liberdade no Estado, com a estratificação por sexo e faixa etária; e os locais de cumprimento das medidas restritivas de liberdade, indicando a capacidade e atual lotação desses locais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 772/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações consubstanciadas na relação de aprovados no concurso público da Polícia Penal de Minas Gerais regido pelo Edital Sejusp nº 2/2021 que já estão participando das etapas sequenciais do concurso. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.250/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os atos normativos, os recursos financeiros e as ações previstos na Resolução SES-MG nº 7.924, de 2021, que institui as normas gerais de adesão, execução, acompanhamento, controle e avaliação da concessão de incentivo financeiro excepcional aos municípios, para fomento da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, do SUS-MG, explicitando-se se estão sendo plenamente executados pelo Poder Executivo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.399/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre os acordos, em nível nacional e internacional, firmados entre o governo do Estado e organizações interessadas, que tenham como objeto a captação de recursos para investimento em ações de preservação do meio ambiente, esclarecendo-se se existem recursos previstos para serem destinados à reparação das comunidades atingidas por crimes cometidos por mineradoras, como o que ocasionou o rompimento das barragens em Mariana e Brumadinho. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.592/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações acerca do processamento das multas aplicadas no Estado, especificando-se o volume de recursos arrecadados com multas por ano, no período de 2018 a 2022, por tipologia, detalhando-se o montante auferido de multas por meio de radares instalados no Estado sob jurisdição do governo e o valor recolhido aos cofres do Estado e dos municípios; e da existência de empresa contratada para instalação e manutenção de radares em rodovias estaduais, detalhando-se os valores contratuais e fornecendo-se cópia do contrato com informações da execução contratual, tais como cronograma físico-financeiro, valores desembolsados pelo Estado, empenhos, notas fiscais e relatórios de medição que lastreiam os valores cobrados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.834/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o planejamento de retomada das obras e das tratativas com a Universidade Federal de Ouro Preto – Ufop – para a transformação do Hospital Regional de Conselheiro Lafaiete em hospital-escola, por meio da gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh – e do Ministério da Educação, em importante parceria integralmente pública para esse hospital. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.081/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações acerca dos programas, projetos e ações desenvolvidos em observância às Leis nºs 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008, esclarecendo-se se existe normativa que regulamente a formação de equipes destinadas ao trato com a temática educação das relações étnico-raciais e ao ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas estaduais e como é realizado o acompanhamento da formação; se foram ofertados, no último ano letivo, cursos de formação e capacitação para professores sobre a referida temática; se existem orientações sistematizadas sobre o preenchimento integral das fichas de matrícula dos estudantes, pelas unidades escolares, com ênfase na informação sobre raça e cor; se existe acompanhamento dos materiais didáticos, paradidáticos e pedagógicos utilizados, tendo como foco a identificação de material racista, preconceituoso ou que incite a discriminação ou perpetuação de estereótipos sobre as populações negra e indígena; se existe, no canal de ouvidoria dessa secretaria, um filtro específico de denúncias de casos de racismo, preconceito, discriminação e intolerância ou qualquer outra situação que envolva a comunidade escolar e que tenha como ativador o marcador cor e raça; se existe protocolo para o acolhimento e tratamento dos casos de racismo ocorridos no ambiente escolar; se existe, no projeto político-pedagógico, o desenvolvimento de ações continuadas de promoção da igualdade racial para além das atividades comemorativas do Dia da Consciência Negra ou da Semana da Consciência Negra, em novembro; se existem materiais pedagógicos específicos para o trabalho com a educação das relações étnico-raciais e a história e a cultura afro-brasileiras e indígenas; e sobre o montante do recurso orçamentário disponibilizado para o monitoramento do cumprimento das leis citadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.097/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as políticas públicas relacionadas à inclusão de pessoas com altas habilidades (superdotadas), que estão sendo desenvolvidas nas unidades de ensino do Estado, detalhando-se essas políticas e esclarecendo-se se existe um cadastro de estudantes com altas habilidades e se, no formulário de matrícula em instituições de ensino do Estado, existe um campo específico para identificação de pessoas com altas habilidades; o protocolo adotado pelas instituições de ensino do Estado diante da suspeita de que alguma criança ou adolescente matriculados apresentam altas habilidades, esclarecendo-se se são realizados cursos ou formação continuada dos professores e profissionais da educação no Estado sobre a intervenção a ser feita em crianças e adolescentes com altas habilidades; e se existe política pública desenvolvida no âmbito da saúde no Estado para identificação e intervenção correta no caso de pessoas com altas habilidades. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.377/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os convênios, contratos ou parcerias, relacionados à segurança pública, que o governo do Estado celebrou com o governo federal ou outras instituições, em especial a Polícia Civil de Minas Gerais, a Polícia Militar de Minas Gerais e a Polícia Penal de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.379/2023, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre os convênios, contratos ou parcerias relacionados à segurança pública que o governo do Estado celebrou com o governo federal ou outras instituições, em especial a Polícia Civil de Minas Gerais, a Polícia Militar de Minas Gerais e a Polícia Penal de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.671/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a previsão, no âmbito do Decreto nº 48.661, de 31 de julho de 2023, de uma coordenação de vigilância do câncer, de grande importância para o levantamento de informações e a consolidação de dados sobre a incidência de câncer no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.082/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações sobre a taxa de reinvestimento da Copasa no Município de Pedro Leopoldo, com vistas a garantir o pleno funcionamento do sistema de abastecimento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 4.089/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas em relatório com o detalhamento de cada item de despesa cuja fonte de recurso tenha sido o Fundo de Erradicação da Miséria, a partir do ano de 2018, indicando-se os beneficiários dos recursos e, se for o caso de gasto com pessoal, a situação contratual ou funcional do destinatário, a lotação e a atividade; os gastos com transporte escolar, por município, custeados por esse fundo; e a destinação dos seus recursos que não foram executados em cada exercício. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.305/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as balanças em uso nas rodovias estaduais, com detalhamento por trecho e por velocidade regulamentada, e o cronograma de implantação de novas balanças. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.187/2023, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre o número de pessoas atendidas no âmbito da linha de cuidado das pessoas acometidas pela hanseníase e, dessas, sobre o número das que se enquadram no Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional – IVCF-20. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.383/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a Casa da Mulher Mineira e a Casa da Mulher Brasileira em Minas Gerais, apresentando-se histórico e informações orçamentárias; a cessão ou a doação do imóvel onde funciona a Casa Tina Martins, em Belo Horizonte; as medidas de diálogo e mediação estabelecidas com a Ocupação Edneia Ribeiro, localizada no Bairro União, em Belo Horizonte; e a composição atual e o funcionamento do Conselho Estadual da Mulher. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.353/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à delegada-geral da Polícia Civil pedido de informações sobre a possibilidade de fechamento da delegacia em Dolores de Campos,

considerando-se a relevância dessa unidade para a manutenção da segurança da população do município. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.429/2024, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre o cronograma de execução das obras de recuperação da MGC-122, no entroncamento com a BR-251, incluídas no Provias, que visa à pavimentação de todo o trajeto que liga os Municípios de Francisco Sá, Janaúba, Nova Porteirinha, Porteirinha, Mato Verde, Monte Azul e Espinosa e vai até a divisa com o Estado da Bahia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 6.589/2024, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente pedido de informações sobre a situação da Mina de Fernandinho, da empresa Minérios Nacional, em relação ao processo de descaracterização e ao *status* de nível de emergência das Barragens B2 e B2A, esclarecendo-se se a Barragem Ecológica 1 foi totalmente desassoreada e se está conseguindo, durante o período chuvoso, conter os resíduos oriundos da área da mina, em face dos Autos de Fiscalização nº 233816/2023, de 31 de março de 2024, e de Infração nº 312920/2023, de 4 de abril de 2024. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

### 2ª Fase

Discussão, em turno único, do Veto nº 12/2024 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.757, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para o exercício de funções de magistério em órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 13/2024 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.763, que dispõe sobre a instalação de estabelecimentos industriais destinados à produção de açúcar e etanol no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 14/2024 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.820, que dispõe sobre a revisão geral do subsídio e do vencimento básico dos servidores públicos civis e militares da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 15/2024 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.892, que estabelece medidas de proteção e segurança para passageiros e condutores de transporte individual de passageiros. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 16/2024 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.888, que altera a Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado, e a Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 17/2024 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.896, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

### 3ª Fase

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 15/10/2024****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Propostas de Emenda à Constituição n°s 12/2023, da deputada Leninha e outros, e 34/2024, do deputado Sargento Rodrigues e outros; Projetos de Lei n°s 723/2015, do deputado Gustavo Valadares; 1.478/2015, do deputado Roberto Andrade; 659/2019, do deputado Mauro Tramonte; 1.062/2019 e 2.618/2021, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.053/2021, do deputado Doutor Jean Freire; 3.594/2022, do deputado Gustavo Valadares; 632/2023, da deputada Leninha; 680/2023, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Doutor Jean Freire; 984/2023, do deputado Enes Cândido; 1.250/2023, do deputado Betão; 1.263/2023, do deputado Eduardo Azevedo; 1.557/2023, do deputado Coronel Sandro; 1.710 e 1.882/2023, do deputado Lucas Lasmar; 1.998/2024, do deputado Ulysses Gomes; 2.169/2024, do deputado Cassio Soares; 2.198/2024, do deputado Lucas Lasmar; 2.302 e 2.306/2024, do deputado Doutor Jean Freire; 2.368/2024, dos deputados Grego da Fundação e Carlos Henrique; 2.376/2024, do deputado Doutor Paulo; 2.467/2024, da deputada Maria Clara Marra; 2.533/2024, do deputado Charles Santos; 2.583/2024, do deputado Zé Guilherme; e 2.599/2024, do deputado Lucas Lasmar.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 2.064/2015, do deputado Elismar Prado; 1.795/2023, do deputado Caporezzo; 1.833/2023, do deputado Tadeu Leite; 2.064/2024, da deputada Maria Clara Marra; 2.107/2024, do deputado Doorgal Andrada; 2.292/2024, do deputado Ricardo Campos; 2.410/2024, do deputado Coronel Sandro; 2.427/2024, do deputado Zé Laviola; 2.547/2024, do deputado Arnaldo Silva; 2.664/2024, do deputado Thiago Cota; e 2.764/2024, do deputado Tadeu Leite.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/10/2024****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 1.277/2023, do deputado Eduardo Azevedo; e 1.971/2024, da deputada Chiara Biondini.

Requerimento n° 5.896/2024, da deputada Ana Paula Siqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/10/2024****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 15/10/2024****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 8.054/2024, do deputado Antonio Carlos Arantes; 8.274/2024, da Comissão de Administração Pública; 8.322/2024, do deputado Lucas Lasmar; e 8.323/2024, do deputado Ulysses Gomes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 15/10/2024****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 15/10/2024****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.332/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 3.381/2021, da deputada Ione Pinheiro; 1.171/2023, do deputado Enes Cândido; 1.138/2023, do deputado Fábio Avelar; 1.436/2023, da deputada Nayara Rocha; 1.501/2023, do deputado Dr. Maurício; e 2.601/2024, do deputado Tadeu Leite.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.890/2023, do governador do Estado; 3.070/2021, do deputado Thiago Cota; 1.135/2023, do deputado Fábio Avelar; 1.292/2023, do deputado Cassio Soares; 1.305/2023, do deputado Zé Laviola; 1.565/2023, do deputado Coronel Sandro; 1.636/2023, do deputado Professor Cleiton; 1.660/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.661/2023, da deputada Ione Pinheiro; e 1.799 e 1.800/2023, da deputada Nayara Rocha.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 7.876/2024, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; 7.980/2024, da Comissão de Segurança Pública; e 8.187/2024, da Comissão de Direitos Humanos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 15/10/2024****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 15/10/2024****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.319/2023, do deputado Doorgal Andrada.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 45/2023, do deputado Charles Santos; 1.584/2023, do deputado Eduardo Azevedo; e 1.649/2023, do deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.655/2024, do deputado Eduardo Azevedo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 15/10/2024****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.599/2022, da deputada Beatriz Cerqueira; e 2.256/2024, do deputado Professor Wendel Mesquita.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.486/2024, do deputado Professor Wendel Mesquita.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro, Eduardo Azevedo e Luizinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/10/2024, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 811/2023****Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Relatório**

De autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Pro Melhoramento da Comunidade de Santa Cruz de Datas, com sede no Município de Datas, e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 811/2023 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Pro Melhoramento da Comunidade de Santa Cruz de Datas, com sede no Município de Datas.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, auxiliar os agricultores na busca de mercados para seus produtos; apoiar os associados na atividade avícola, com disponibilização de espaço físico para criação e abate desses animais; ajudar os produtores na aquisição de insumos de forma coletiva; implementar programas que contribuam para a segurança alimentar, o combate à fome, à desnutrição e à pobreza.

Tendo em vista os propósitos da associação em prol da Comunidade de Santa Cruz de Datas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 811/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2024.

Raul Belém, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.051/2024****Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Relatório**

De autoria do deputado Celinho Sintrocel, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais do Distrito de Ponte Alta de Minas Gerais – Comarca de Carangola, com sede no Município de Carangola, e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.051/2024 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais do Distrito de Ponte Alta de Minas Gerais – Comarca de Carangola, com sede no Município de Carangola.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover cursos de capacitação para os produtores; buscar parcerias para a introdução de novas tecnologias no campo; negociar, no interesse comum, a produção de seus associados, bem como orientar a compra de insumos utilizados por eles, como fertilizantes, calcário, adubos, sementes, mudas e ração.

Tendo em vista os propósitos da associação em prol dos pequenos e médios produtores rurais do Município de Carangola, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.051/2024, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2024.

Lud Falcão, relatora.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.226/2024****Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do deputado Professor Wendel Mesquita, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Nova Turmalina Esporte Clube, com sede no Município de Turmalina.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O projeto de lei em epígrafe tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Nova Turmalina Esporte Clube, com sede no Município de Turmalina, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a democratização do esporte.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Porém, a comissão apresentou a Emenda nº 1, com vistas a adequar o nome da instituição ao art. 1º de seu estatuto constitutivo.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover atividades sociais, cívico-culturais e desportivas, principalmente o futebol, podendo ainda praticar ou competir todas as modalidades esportivas amadoras masculina ou feminina.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela entidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.226/2024, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2024.

João Junior, relator.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.381/2024**

### **Comissão de Esporte, Lazer e Juventude**

#### **Relatório**

De autoria da deputada Nayara Rocha, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Atlético Alface, com sede no Município de Vespasiano.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Atlético Alface, com sede no Município de Vespasiano, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a democratização do esporte.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, proporcionar a formação de jovens atletas, promovendo habilidades esportivas, bem como valores como disciplina, trabalho em equipe e perseverança, promover a inclusão social, proporcionando acesso ao esporte a crianças e adolescentes, além de contribuir para a redução da desigualdade social.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Atlética Alface, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.381/2024, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2024.

João Junior, relator.

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.655/2024**

#### **Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

#### **Relatório**

De autoria do deputado Eduardo Azevedo, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Rádio Comunitária Popular FM, com sede no Município de Urucânia.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. A primeira examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", combinado com o art. 102, XII, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O projeto de lei em tela objetiva declarar de utilidade pública a Rádio Comunitária Popular FM, com sede no Município de Urucânia, que tem como objetivo a execução de serviços de radiodifusão comunitária. Em seu estatuto está previsto que a entidade tem caráter cultural e social, possui gestão comunitária, é constituída pela união de moradores e representantes da comunidade atendida e não tem fins econômicos.

A Comissão de Constituição e Justiça, em suas considerações e após o exame da documentação que instrui o processo, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto, na forma apresentada.

Tendo em vista a finalidade já descrita da associação, bem como a sua importância no desenvolvimento social, na promoção da participação cidadã, no fortalecimento da comunidade, na diversidade de vozes e na disseminação de informações locais, entendemos que ela merece ser declarada de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.655/2024, na forma original.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2024.

Maria Clara Marra, relatora.



## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 14/10/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Daniel Lucio Conceição Duarte, padrão VL-26, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Amanda Teixeira Dias;

exonerando Elzi Aparecida Oliveira Pereira, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar;

exonerando Jéssica Antunes Saraiva Soares, padrão VL-12, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha;

exonerando Leonardo de Araujo Ramalho, padrão VL-51, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Amanda Teixeira Dias;

exonerando Maria Geralda Vitor dos Santos, padrão VL-48, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Amanda Teixeira Dias;

exonerando Mariana Miranda Drumond, padrão VL-51, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Amanda Teixeira Dias;

exonerando Matheus Felipe Mariano de Resende, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus;

exonerando Pietro Pilloni Junior, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

exonerando Rosimere Barbosa da Rocha, padrão VL-14, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha;

exonerando Tahinam Ferreira de Carvalho, padrão VL-14, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar;

exonerando Viviane da Cunha Melo, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bruno Engler;

nomeando Aloizio Antunes Saraiva, padrão VL-12, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha;

nomeando Decanor Nunes dos Santos, padrão VL-14, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha;

nomeando João Batista Lopes, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando José Ezequiel de Oliveira Junior, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dr. Maurício;

nomeando José Geraldo Pereira, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar;

nomeando Pietro Pilloni Junior, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.753, de 17/5/2024, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 11/10/2024, o servidor José Luís Costa Azevedo, CPF nº 603.723.546-53, ocupante do cargo efetivo de técnico de apoio legislativo, padrão VL-66, classe Especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

#### **CRENCIAMENTO Nº 2/2024**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, nos termos do art. 16, II, da Deliberação da Mesa nº 2.834, de 2024, foi indeferido o pedido de credenciamento da Clínica Carolina Almeida Clínica Odontológica Ltda., por desatender o requisito previsto no item 1.3, “a” do Anexo IV do edital, que tem como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica.

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2024.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 59/2024****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 163/2024**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 30/10/2024, às 9 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o fornecimento de lanches.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2024.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**TERMO DE CONTRATO Nº 64/2024****Número no Siad: 9439970**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Minasfort Distribuidora de Alimentos Ltda. Objeto: aquisição de açúcar. Vigência: um ano contado da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP –, prorrogável nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Licitação: dispensável, conforme o art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (Cotação Eletrônica de Preços nº 146/2024). Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3390.10.1.

**TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 36/2024**

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Abrahão Condé Odontologia Integrada Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, aos usuários da assistência odontológica da credenciante, previstos na Deliberação da Mesa nº 2.565, de 2013, na especialidade odontológica de clínica geral, reconhecida pelo Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais – CRO-MG –, de acordo com a tabela de procedimentos odontológicos da credenciante. Vigência: da data da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – ao dia 17/6/2034 (termo final de validade do Credenciamento nº 2/2024, conforme o item 9.5.15 do respectivo edital). Licitação: inexigível, nos termos do art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).